Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

6. VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

BELÉM DO PARÁ, 13 DE JUNHO DE 1965.

NO «PALACIO LAURO SODRÉ», EM RESPOSTA A SAUDAÇÃO DO GOVERNADOR DO PARÁ.

Senhor Governador:

Ao chegar a esta capital, tão representativa da Amazônia, e na qual Vossa Excelência e os paraenses me acolhem com expressivas demonstrações de aprêço, não experimento o deslumbramento daqueles que pela primeira vez se depararam com o indescritível espetáculo dêste mundo lendário.

Havendo vivido aqui anteriormente no exercício de missão profissional, tive a oportunidade de maior e mais duradouro contato com os problemas desta região, que, pela peculiaridade das suas condições, atrai há quatro séculos a atenção de nacionais e estrangeiros, todos por ela fascinados. Numerosos têm sido os cientistas de variadas especializações que percorreram a Amazônia com a emoção e a curiosidade dos descobridores de mundos desconhecidos. Malgrado tôdas essas marchas através do mundo amazônico, dêle poderemos dizer, repetindo Euclides da Cunha, que oferece a singularidade de ser em tôda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e ainda a menos conhecida. Em verdade, por maiores as diligências ao longo dêsses quatrocentos anos, estamos longe de haver desvendado as riquezas, os mistérios, os perigos e as maravilhas aqui reunidos pela natureza, que os preserva com a muralha da floresta e o dédalo dos rios e igarapés.

Mas, no mundo de amanhã, não nos bastará explicar as causas ou dificuldades que nos tenham barrado o passo na obra do desenvolvimento da Amazônia. Infelizmente, ainda não logramos apagar o deserto do mapa da Amazônia, nem afastar de nós o

que isso significa para a nacionalidade. Urge, pois, que a nossa previsão e a nossa ação sejam sentinelas avançadas de nossas fronteiras ocidentais.

Compreende-se, aliás, que em matéria de tanto relêvo, e na qual melhor será pecar por excesso do que por omissão, tenha o País, de quando em quando, se inquietado ao menor vislumbre de ameaça à nossa plena soberania. Assim, ao lado de desavisados nacionalistas, vemos enfileirarem-se espíritos apressados, e por isso mesmo mal informados sôbre a realidade. A uns e outros, entretanto, podemos tranqüilizar, pois nessa matéria será indormida a vigilância governamental.

Cumpre assinalar que já é tempo de adotarmos para esta região alguma estratégia. E esta não poderá ser outra senão aquela que visa integrá-la verdadeiramente no Brasil, abrindo-a para o mundo, como já acontece com as demais regiões do País: o sul, o centro e já o Nordeste, tôdas elas a se beneficiarem do contato e da colaboração estrangeira. De fato, não há de ser com a estratégia do mêdo, que nos isola, ou do ressentimento, que nos inferioriza, que haveremos de dar à Amazônia as dimensões a que tem direito. Uma e outra, sob a aparência de preservar riquezas e interêsses, nada mais fazem, no fundo, do que transformá-la num campo de concentração da miséria e da estagnação. É isso que não deveremos permitir, embora enfrentemos a má-fé do pseudonacionalismo. Do mesmo modo que não admitiremos seja o norte do País controlado pelo estrangeiro, seja no campo da pesquisa e planejamento, seja no da ação social e econômica. Aceitaremos, sim, uma disciplinada cooperação alienígena, controlada pelo Govêrno e seus agentes.

Enganar-se-ia quem acreditasse que, para conservarmos, pelo tempo afora, o vasto patrimônio territorial como um dos mais caros rincões da Pátria, bastaria a nossa capacidade de negar e advertir. Pelo contrário, devemos antes agir do que falar.

O incalculável patrimônio há de ser preservado e utilizado, principalmente, pela capacidade que demonstrarmos de o integrar nas conquistas da civilização. Deveremos concentrar aqui, de maneira decidida e tenaz, esfôrço idêntico ao que hoje se realiza em

relação ao Nordeste, apesar da profunda diferença entre os problemas de uma e de outra região. A começar pela presença de várias fronteiras internacionais, embora já perfeitamente conhecidas. Enquanto o Nordeste, com área sensìvelmente menor, abriga mais de dezessete milhões, a Amazônia, na sua fabulosa extensão, conta com população de apenas três milhões de habitantes. O que significa devermos, concomitantemente, cuidar do povoamento e do desenvolvimento.

E, se diante dêsse quadro pensarmos nos parcos recursos de que dispomos, logo veremos nos ser impossível malbaratar um centavo, sob pena de fracassarmos. Não devemos, portanto, nos preocupar apenas em saber quanto foi mandado para a Amazônia, e, sim, em conhecer também como estão sendo aplicados os recursos a ela destinados. De fato, não há de ser pela má aplicação de mais alguns bilhões de cruzeiros que a região se tornará mais próspera; pois na verdade esta sòmente progredirá pela planejada e eficiente aplicação das verbas a ela destinadas.

Infelizmente, porém, o mau emprêgo do dinheiro público tem sido a nota marcante da ação do Govêrno Federal na Amazônia, que por isso mesmo não se pôde beneficiar substancialmente da iniciativa dos constituintes de 1946, posteriormente estruturada pela legislação de 1953. Foram doze anos de atividade quase infrutífera, pois bem pouco se acresceu à riqueza da região, que ainda aguarda a formação de uma infra-estrutura capaz de desenvolver indústrias, fazendo desaparecer a fase meramente extrativa. Contam-se os empreendimentos de monta, como a eletrificação de Belém, a renovação da frota da SNPP e a estrada Belém-Brasília.

Mas, ao lado dêsses poucos frutos o que se deparou ao atual Govêrno foi um quadro contristador, testemunho de numerosas irregularidades e intencionais deformações, que permitiram calculada dilapidação do erário público na Amazônia. Daí a necessidade que tivemos, de, primeiramente, sanear, organizar e planejar os serviços a cargo da União.

Nesse sentido concentrou-se a atenção do Govêrno, que pela dedicada colaboração do Ministro Cordeiro de Farias, não sòmente tem logrado normalizar e impulsionar serviços, mas também alongar

a vista para o futuro. Prova disso são as profundas modificações operadas na SPEVEA, no Banco de Crédito da Amazônia e em outros organismos da administração, já hoje perfeitamente integrados em novos estilos, que os colocam realmente a serviço da coletividade que devem amparar e desenvolver. No particular, não será possível esquecer que, apesar das normas de economia impostas ao govêrno pela dramática situação financeira encontrada, a programação de 1965 prevê, na SPEVEA, investimentos num total de mais de vinte e dois bilhões de cruzeiros. Dêstes, um bilhão e trezentos mil cruzeiros destinam-se à conclusão dos sistemas de abastecimento de água em 27 cidades do interior, e seiscentos milhões para convênios com as capitais estaduais. Mais de quatro bilhões serão empregados na aplicação da produção de energia elétrica, enquanto cêrca de oito bilhões serão encaminhados a recursos naturais e à agropecuária. Dez bilhões deverão assegurar a continuidade dos trabalhos da rodovia Belém-Brasília; enquanto dois bilhões e seiscentos milhões reverterão para a melhoria dos transportes. Embora expressivas, tais cifras pouco representariam se não fôsse a segurança do seu pleno aproveitamento em benefício da coletividade da Amazônia.

O que significa estar o Govêrno preocupado em dar crescente eficiência aos órgãos que têm a seu cargo a importante tarefa de transformar fundamentalmente as condições econômicas e sociais da região. Para tanto, contamos inclusive com a experiência auferida dos próprios malogros, que nos permitirão rever os problemas dentro da ampla visão do conjunto, a começar pelo plano de valorização econômica da Amazônia, cujos custos serão reduzidos, aproveitando-se de forma mais correta e rentável os recursos utilizados. E a ação dispersa, desconexa, dos vários órgãos do desenvolvimento regional deverá polarizar-se num plano unificado e harmônico. Objetivo que deverá ter como passo inicial a revisão de uma série de leis que vincularam gradativamente os recursos constitucionais, hoje empenhados em cêrca de sessenta por cento, e, portanto, fundamentalmente reduzidos para as grandes iniciativas de caráter geral. Dispersaram-se e pulverizaram-se os recursos, cada qual interessado em reservar-se um quinhão preferencial, mas indiferente ao panorama global, inevitàvelmente sacrificado. Cor-

rigir, pois, tais anomalias será a melhor maneira de correspondermos às aspirações dos que tão elevadamente imaginaram abrir novas perspectivas para a região.

Há mesmo que esquecer ou sopitar suscetibilidades, pois sòmente assim faremos com que se integrem numa ação comum, planejada, e na qual cada um terá missão específica, órgãos mais ou menos paralelos, como ocorre em atividades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte e das Universidades do Pará e do Amazonas. São todos êles instrumentos voltados ao desenvolvimento regional, mas por vêzes a realizarem ações superpostas, em prejuízo de outras igualmente necessárias. Do mesmo modo que haverá de impedir que interêsses políticos e partidários predominem sôbre a orientação técnica, dando lugar à rotina, ao empirismo e à confusão das tarefas de planejamento com as de execução.

Também o Banco de Crédito da Amazônia está a exigir profunda transformação, a fim de atender suas altas finalidades. Dentre tais modificações sobreleva a concessão de meios que o habilitem a ser efetivamente o principal executor do plano, nos projetos que demandem financiamento. Para isso deverá não sòmente ser libertado das crises financeiras periódicas, mas também adquirir condições para atender tanto às suas próprias linhas de crédito quanto àquelas tradicionais, indispensáveis à estabilidade financeira da região.

Dentro dêsse objetivo de propiciar recursos adequados ao desenvolvimento, deseja o Govêrno não apenas efetivar, mas até ampliar os incentivos fiscais existentes, que deverão constituir seguro estímulo aos homens de emprêsas de todo o País no sentido de reinvestirem na Amazônia os lucros tributados. Também a instituição de fundos especiais, que se deverão destinar aos investimentos básicos da Amazônia; aos investimentos pecuários e agrícolas; e às indústrias e serviços da Amazônia contribuirão para maior flexibilidade do atendimento às reais necessidades regionais.

São tôdas elas medidas que contribuirão, sem dúvida, para a declaração da maioridade da Amazônia. Antes de tudo, porém,

elas exprimem nítida consciência do Govêrno quanto aos deveres que lhe assistem no sentido de promover ràpidamente o desenvolvimento de uma área que representa um dos maiores "espaços vazios" do mundo contemporâneo, tal a rarefação dêsses milhões de quilômetros quadrados, que ainda não contam sequer com um habitante por quilômetro quadrado.

Instrumento relevante da valorização regional é a RODOBRÁS, cuja tarefa principal, a rodovia Belém-Brasília, o atual Govêrno encontrou interrompida, tal o desmando administrativo que invadira a organização em todos os seus graus hierárquicos. Chegara mesmo a tal ponto o descalabro que se recorreu à FAB para o desencalhe de mercadorias retidas ao longo da estrada.

Sob a orientação do Ministro da Coordenação dos Organismos Regionais, houve que promover a remodelação da emprêsa, que readquiriu o desejado funcionamento dos seus vários departamentos, hoje voltados para a ingente tarefa de recuperar tempo e serviços malbaratados com grave prejuízo financeiro. E assim, reorganizadas as tabelas numéricas de pessoal e salários, reestruturados órgãos administrativos, foi possível restabelecer condições de trafegabilidade para a importante rodovia, já hoje inalienável dentro do sistema de transporte do País.

E graças a uma série de medidas, que compreendem desde a elaboração de um programa para o triênio 1965-1967, até as negociações para a aquisição, sob o financiamento da USAID, de maquinaria destinada à completa conservação da rodovia, está a RODOBRÁS em condições de preencher as suas finalidades normais, que há muito deixara de ter condições para realizar, assegurando a continuidade da importante via de comunicação entre o extremo norte e as demais áreas do País.

Não houve, porém, nenhum milagre. O que ocorreu foi a determinação no sentido de atacar arraigados centros de desonestidade e corrupção habituados a usufruir por todos os meios os recursos destinados à recuperação da Amazônia. Consumiram-se assim bilhões de cruzeiros do povo. É, aliás, o mesmo que ocorre no Pará, onde a presença de um governador como o atual bastou para modificar inteiramente a administração, que encontrara des-

moralizada. Êle soube colocar êste Estado dentro das normas da Revolução, que tem nêle um dos seus mais lídimos e ilustres representantes. Daí o ambiente de trabalho, de confiança e de ordem que existe na terra paraense.

Ao agradecer a recepção com que Vossa Excelência, Senhor Governador, e o laborioso povo do Pará me distinguiram, desejo assegurar o apoio do Govêrno Federal ao esfôrço já realizado com o objetivo de proporcionar a quantos aqui vivem melhores condições de vida. O Govêrno aspira estar em todos os lugares onde haja alguma cousa a fazer no sentido de dar à Amazônia novas e maiores oportunidades, para encetar corajosamente a marcha para o desenvolvimento.